



Recebido em:
04/07/2017
Aprovado em:
05/07/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

PERCEBENDO O PROCESSO DE ACESSIBILIDADE ATITUDINAL DO DEFICIENTE FÍSICO NA UFS

ANTÔNIO CARLOS NOGUEIRA SANTOS
VERÔNICA DOS REIS MARIANO SOUZA

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

RESUMO

Iremos analisar as condições de acessibilidade atitudinal do aluno com deficiência física na Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, faremos as análises e interpretação do discurso dos participantes e demais fontes deste estudo com o objetivo de verificar como se estabelece a acessibilidade atitudinal no trato com a pessoa com deficiência física na Universidade Federal de Sergipe, além de observações diretas, para entender como se dá à acessibilidade atitudinal nesta Instituição. Para análise e interpretação dessas informações, seguimos a ordem das questões investigadas em questionário aplicados aos funcionários e alunos envolvidos com o processo de inclusão na instituição, enfatizando a objetividade, a sistematização e a inferência. Por se tratar de uma análise qualitativa, fomos cautelosos com as características ausentes das mensagens, além do cuidado com a rigorosidade científica.

Palavra-chaves: Deficiência Física; Ensino Superior; Acessibilidade Atitudinal

ABSTRACT

we will analyze the attitudinal accessibility conditions of the student with physical disability in the University City Professor José Aloísio de Campos, we will analyze and interpret the discourse of participants and other sources of this study with the objective of verifying how to establish attitudinal accessibility in the treatment of the person with physical disability at the Federal University of Sergipe, besides direct observations, to understand how the attitudinal accessibility in this Institution is given. For analysis and interpretation of this information, we followed the order of the questions investigated in questionnaire applied to the employees and students involved with the process of inclusion in the institution, emphasizing objectivity, systematization and inference. Because it is a qualitative analysis, we were cautious with the absent characteristics of the messages, besides the care with the scientific rigor.

Key words: Physical Disability; Higher education; Accessibility Attitudinal

INTRODUÇÃO

Neste estudo nos concentramos na pessoa do deficiente físico, que ingressou na instituição de ensino superior em Sergipe, pois a partir de um estudo prévio, percebemos que esta categoria de deficiência foi a que alcançou maior quantidade de aprovações nas cotas e hoje é a maioria nesta instituição.

De início vamos procurar esclarecer alguns pontos relevantes da pesquisa que procurou entender como funciona o processo de inclusão da pessoa com deficiência física na Universidade Federal de Sergipe, a partir do ingresso no processo de vestibular a partir das cotas, para isso foram aplicados questionários aos funcionários administrativos, professores e demais alunos que envolverão todo o processo de inclusão da pessoa com deficiência nesta Instituição.

No tratamento dos questionários, estes foram confrontados de forma a entender especificamente as questões que atentam a acessibilidade atitudinal da pessoa com deficiência física, seguindo a definição de Sasaki (2003), para nosso entendimento, podemos interpretar que, quando eliminamos as barreiras atitudinais no ambiente de trabalho ou demais setores, conseguimos de tal maneira nos dispir de toda forma de estigmas, preconceitos, estereótipos ou discriminação no trato com o nosso par.

Acessibilidade atitudinal: sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, como resultado de programas e práticas de sensibilização e de conscientização dos trabalhadores em geral e da convivência na diversidade humana nos locais de trabalho (SASSAKI, 2003).

Exemplificando, é olhar o outro independente de sua situação, respeitando seus limites e investindo no seu potencial, enxergando uma pessoa comum como nós mesmos e assim tratando o diferente sem diferenças.

A instituição das cotas ocasionou o aumento do número de estudantes com deficiência e, cada ano, esta taxa deve aumentar. Por isso, a comunidade acadêmica precisa se mobilizar a fim de diminuir os entraves que dificultam a permanência desse aluno na universidade.

Não basta a Instituição estabelecer o programa de cotas para facilitar o acesso ao ensino superior, é necessário instituir uma cultura que reflita sobre a inclusão e possibilite à pessoa com deficiência a terminalidade acadêmica. Uma cultura institucional inclusiva parte do princípio de que todos são responsáveis pela vida da respectiva instituição. Desta maneira, um aluno que, por exemplo, apresente dificuldades em seu processo de aprendizagem, não deveria depender dos esforços apenas de seu professor, mas de todos os integrantes da universidade, inclusive ele próprio, no sentido de sanar estas dificuldades.

AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE ATITUDINAL NA UFS

A deficiência desperta curiosidade, interesse, inquietações e normalmente provoca grande impacto no ambiente escolar, costuma ser abordada de forma pouco natural e pouco espontânea por todas as pessoas e o professor, na maioria das vezes, deve ser o principal canal de aproximação e comunicação.

As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” (GOFFMAN, 2004, p. 05)

A identidade social da pessoa com deficiência é marcada por toda a sociedade e o professor nesse momento da apresentação precisa desmistificar estas marcas, para poder estabelecer uma relação natural e espontânea.

A sociedade tem por característica estabelecer categorias às pessoas. E as pessoas com deficiência dentro deste aspecto não tem atributos considerados comuns ou naturais e na Universidade essa consideração não é diferente, pelo contrário, as exigências da identidade social são ainda maiores.

Gonzalez (2002) nos apresenta vários enfoques, que estabelecem os critérios entre o ser normal e o ser anormal, critérios clínicos, socioculturais, normativos, subjetivos, ideológicos, isto baseado segundo o critério dominante diante de uma perspectiva sócio-histórica que determinam os sujeitos ao qual se dirige a educação especial.

Podemos dizer que, com base nos critérios dominantes do ponto de vista sociocultural, escolar (escola como instituição), profissional (docentes), os alunos considerados sujeitos da educação especial sofreram um processo de rotulação procedente das classificações e tipologias que se realizaram a partir de dimensões-âmbitos médico-clínicos, por meio de processos diagnósticos pouco adequados, os quais, em consequência causaram efeitos negativos nos próprios sujeitos (GONZALEZ, 2002, p. 74).

Como nos mostra os achados de Gonzalez (2002), percebemos que os rótulos criados em função de diagnósticos clínicos são a base para determinar a identidade social da pessoa com deficiência nos dias de hoje.

A Universidade tem como principal função, formar a identidade social de cada indivíduo que faz parte dela e o professor deve ser o maior articulador dessa formação e para tanto, ele deve se despir de toda a forma de preconceito e discriminação e atuar junto a todos para que as barreiras culturais sejam destruídas.

Mas, é claro que essa responsabilidade não é só dele, toda Universidade funciona para que cada indivíduo se desenvolva na sociedade, portanto toda comunidade acadêmica deve dividir essa função, inclusive o próprio deficiente.

Na verdade, os tempos são outros e Magalhães (2004) afirma que o papel da Universidade deve ser outro, ele deve se adaptar as modificações exigência do mercado atual e Fernandes (1984) assegura que a Universidade que se mantiver elitista, no sentido tradicional se transformará numa aberração sobre o capitalismo monopolista.

Portanto, a Universidade deve seguir a Constituição Brasileira de 1988 e sair da individualidade para atender a diversidade, sendo esse o seu maior desafio, pois todos têm direito a educação, e, assim sendo, ela tem que se expandir e ganhar novos territórios, para atender a todas as pessoas.

Desta forma, toda comunidade acadêmica deve se transformar para compreender a cultura educacional inclusiva, toda esta comunidade, tem que entender as questões aqui levantadas, modificar suas atitudes, para que todos sejam respeitados.

A sociedade, no seu dia-a-dia, precisa se adaptar às necessidades das pessoas com deficiência, dividindo espaços com igualdade e, principalmente, com respeito e aceitação às diferenças. As formas limitadas como as escolas e instituições ainda atuam, têm levado parcela considerável dos alunos à exclusão, principalmente das minorias – sejam elas sociais, sexuais, de grupos étnicos ou de pessoas com deficiência. A base da inclusão consiste no conceito de que toda pessoa tem o direito à educação e que esta deve levar em conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem (MIRANDA; ROCHA, 2009, p. 28).

Por isso, o cidadão que se locomove de motocicleta, deve repensar e pensar, antes de trafegar e estacionar o seu veículo nas passarelas de pedestre, pois ele não deve ser o único beneficiado.

A comunidade tem que reivindicar melhores acessos aos prédios de estudo e aquisição de conhecimento, bem como melhores condições no processo de aprendizagem, de tal forma que não existam mais barreiras pedagógicas.

A comunidade acadêmica deve repensar as suas atuações culturais, na verdade a maior preocupação da Universidade seria encontrar uma maneira de reeducar os seus membros para que todos se preocupem em estabelecer uma cultura educacional inclusiva, e o importante é que todos sem exceção, direção, professores, funcionários, discentes e inclusive as pessoas com deficiência se mobilizassem para vencer este desafio, pois só desta forma iríamos modificar esta Universidade.

Analisando os fatos na Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, percebemos que muito ainda deve ser feito para que a educação seja de fato um direito, pois com trinta e três (33) alunos com deficiência aprovados no vestibular de 2010, os cinquenta e três (53) alunos com deficiência aprovados no vestibular de 2011, imaginamos que estes devam ter precisado de algum apoio, seja de seu departamento dos seus professores, ou até mesmo dos seus

pares, sendo assim iremos confrontar os questionários lançados nesta pesquisa, para entender como se dão essas questões.

Confrontando a questão seis (06) do questionário três (03), com a questão quatorze do questionário hum (01), percebemos que partir do questionário (3), somente 16,6% afirmaram ter prestado algum tipo de ajuda à pessoa com deficiência.

Já! a gente tem alunos de pedagogia com deficiências várias, desde motora, como alguns caso cognitivo, que tem necessidades, cegos, surdos [...] (SANTOS, 2012, Pg 128, grifo nosso).

Da mesma forma, analisando o questionário (1), constatamos que somente 14,2% recorreram ao seu departamento solicitando algum tipo de ajuda.

Não, não, eu fico procurando é, me adaptar, no caso, por conta própria (SANTOS, 2012, Pg 128, grifo nosso).

Podemos confirmar que o percentual de quem afirma ter ajudado é bastante semelhante ao percentual de quem afirma ter solicitado ajuda ao que poderemos concluir que, a pessoa com deficiência solicita pouca ajuda, ou precisa de pouca ajuda dos departamentos, isso porque eles preferem ser independentes, ou porque a pessoa com deficiência não acredita que a ajuda possa acontecer de fato, conforme o descrito pelo discente a seguir.

Veja, como a sala de aula são comuns a todos de todos os departamentos, eu nem pensei nessa possibilidade, porque na minha imaginação fértil, eu pensei que o outro departamento iria dizer, “- o não ia mudar de sala, ou iria tirar o dele da reta”. Porque não tem como dizer pro reitor mudar as carteiras por causa de um aluno. É assim, é difícil, é desconfortável, mas não é inviável, ao contrário da escada, que não coloca a minha vida em risco sentar numa cadeira desconfortável, só me deixa desconfortável e muita das vezes com dor, mas não põe a minha vida em risco, só a minha saúde, mais é menos inaceitável. Eu já to meio que calejado das coisas, não só pra deficiente, pra não deficiente também, em todos os espaços [...] (SANTOS, 2012, Pg 129, grifo nosso).

De qualquer forma, a cadeira desconfortável, além de trazer riscos a sua postura, irá retirar a sua concentração da aula, diminuindo o seu desenvolvimento acadêmico. Podemos concluir então, que o deficiente já traz o estigma dentro de si, talvez por conta de uma sociedade que não instituiu o direito da pessoa com deficiência, criando essa cultura na vida da pessoa com deficiência, conforme atesta Gonzales (2002), por meio de processos diagnósticos pouco adequados, os quais, em consequência, causaram efeitos negativos nos próprios sujeitos.

Todos os professores entrevistados afirmam que existem pessoas com deficiência em seu departamento e compreende que isso é resultado das ações afirmativas, mas apenas 16,6% afirmam que alguns desses alunos o procuraram solicitando algum tipo de ajuda.

Não, no caso da medicina veterinária temos um aluno, que apresenta uma pequena deficiência mas, em algum momento, não houve essa necessidade não (SANTOS, 2012, Pg 129, grifo nosso).

Confrontando esta questão com a questão quinze (15) do questionário um (01), percebemos que dos alunos com deficiência, 7,14%, afirmam não ter condições de formar uma opinião a respeito da questão, pois cursou poucas disciplinas e mesmo assim fora do seu departamento. 28 56% afirmam que os professores lhe dão toda forma de ajuda.

Geralmente eu não me manifesto, assim só se fosse no caso de realmente, como a professora perguntou se eu queria fazer a prova na carteira dela, pra ficar mais a vontade, pra manusear melhor a calculadora, essas coisas, mas geralmente não, eu só recorro mesmo quando não tem jeito, quando eu vejo que não dá. E todos eles me vêem como um aluno qualquer, eu não tenho benefício nenhum em relação aos outros, não tenho diferença nenhuma (SANTOS, 2012, Pg 130, grifo nosso).

A maioria das pessoas com deficiência quer mostrar que são independentes e não solicitam ajudas, eles só irão recorrer a alguma forma de ajuda em último caso. Já outros se aproveitam da situação da deficiência e entendeu que todos devem além da ajuda comum, facilitar todas as questões que envolvem o seu dia-a-dia.

O professor não me ajudou nenhum um pouco, e o de bioquímica o professor também me deixou reprovada. Há a professora de psicologia foi uma maravilha, a professora de sociologia também foi uma maravilha, levou computador pra eu fazer a prova e tudo, mas esses dois, o de bioquímica e o de elementos, não! É mais a prova de elementos a prática tem que ser escrita, aí tem que ter uma pessoa pra eu falar e ela escrever, porque não pode ser no computador, a não ser que tenha um esquema assim um esquema do corpo humano pra eu escrever as partes (SANTOS, 2012, Pg 130, grifo nosso).

E o restante, que representa 42,84% dos alunos com deficiência, afirmam que não precisam de nenhuma ajuda por não ter tido nenhuma dificuldade nas rotinas acadêmicas.

Eu nunca tive nenhuma dificuldade (SANTOS, 2012, Pg 130, grifo nosso).

Ao que podemos considerar que na Universidade Federal de Sergipe a maioria dos professores só irá prestar alguma forma de ajuda se forem solicitados pelo aluno com deficiência, isso pode ser resultado de uma sala cheia, geralmente são quarenta (40) alunos por sala, o que dificulta a inclusão do aluno deficiente. E que o professor precisa realmente entender e avaliar a real necessidade da pessoa com deficiência, pois infelizmente alguns tentam se aproveitar da sua condição para obterem benefícios e na verdade, apesar de ter os seus direitos garantidos, ele precisa se desenvolver como qualquer outro aluno, sem distinções.

Todos os professores entrevistados entendem bem a proposta das ações afirmativas, e isso é um fator que garante a preparação de um ambiente, no que tange ao aspecto atitudinal, para que ocorra a inclusão, pois eles sabem que a partir dessas ações, irão se potencializar a entrada de alunos com deficiência em suas turmas.

Agora, 33,3% dos professores entrevistados não aprovam as ações afirmativas instituídas na Universidade, porque entendem que o correto seria uma melhor preparação do ensino que antecede a Universidade, para que todos saiam da Universidade com a devida preparação.

Totalmente não! Essa questão ela gera muita discussão, porque..., tem que se haver sim, que garanta a entrada desses alunos. Mas eu não sei se... na verdade eu sou a favor da qualificação das escolas públicas, o que está havendo hoje em dia, pelos governos em si, é que a gente está colocando os alunos na Universidade, e aí eu vejo como professora, os alunos sem preparação. O investimento eu acho que, deveria ser é no básico: médio e fundamental, e o que está acontecendo é que o governo está inserindo pra ficar com aquela visão de um Brasil com bastantes estudantes com formação universitária, com bastantes pessoas com formação universitária, mas até que ponto vai valer essa formação universitária né A gente está vendo os alunos entrando sem base e a gente muitas das vezes, não tem como trabalhar tanto esse aluno, porque uma disciplina ou um curso, a gente não consegue dar a base que ele precisava, entendeu. Então o aluno, muita das

vezes o aluno acaba saindo despreparado profissionalmente, então isso está virando uma bola de neve (SANTOS, 2012, Pg 131, grifo nosso).

Outros já entendem que as ações afirmativas, não oferecem condições reais as necessidades do ser humano e que não irão resolver os erros cometidos no passado.

Eu sou contra, porque eu acho que falta no Brasil uma perspectiva de atendimento efetiva as reais necessidades do ser humano. E portanto, cotas, compensar coisa que não foi feita no tempo certo, na data certa, com as condições corretas, pra mim não resolve.

Desaprovo e discordo porque são falsas e não oferecem condições reais. São fatos de elementos de propaganda da Universidade. De se fazer de conta que está atendendo determinações de políticas governamentais e na verdade não se efetivam realmente. A prova está aí sobre a acessibilidade (SANTOS, 2012, Pg 131, grifo nosso).

Podemos interpretar que a real necessidade das ações afirmativas, é provocar um aumento efetivo dos alunos com deficiência na Universidade e que desta forma, esta seja obrigada a se preparar para a inclusão, dessa forma as ações afirmativas seriam o motor de arranque para que se efetive a inclusão.

Já dos funcionários da Instituição, 20% não entendem o que sejam as ações afirmativas instituídas da UFS e 20% não apóiam as cotas de uma forma geral.

Ou seja, a maioria dos professores e dos funcionários aprovam e apóiam as cotas, os que nos dá condição de afirmar que isto é um fator relevante para que eles possam entender o que isso provoca na instituição e tudo que seja necessário para que se estabeleça uma modificação na cultura desenvolvida na Universidade.

De todos os funcionários entrevistados, 20% acreditam que seja indiferente a necessidade de se qualificar os funcionários da Instituição, para que todos eles atendam com qualidade o aluno com deficiência e 20% declararam não saber sobre a importância de se criar um centro de apoio ao aluno com deficiência na Instituição.

De toda forma, a maioria deles, 80% acredita que sejam necessários cursos que qualifiquem o funcionário para realizar um atendimento sem deixar aberta nenhuma lacuna.

Sim, com certeza, tanto que no plano de capacitação, que é o programa de atividades para o desenvolvimento do servidor, eu creio que a uma lacuna nesse aspecto da recepção desse tipo de público, não só o público estudantil, mas creio que o público externo, ou até o próprio deficiente que está no quadro da Universidade. Então, há uma lacuna desse atendimento para esse público, a gente sente realmente uma necessidade, então um curso de libras, um curso de Braille, ou o domínio de softwares específicos, então né! Carece muito (SANTOS, 2012, Pg 132, grifo nosso).

E 80% deles também acreditam que seja necessária a criação de um centro de apoio ao aluno com deficiência que dê toda condição necessária para o desenvolvimento deste aluno.

Com certeza, quem não tem a deficiência tem o centro de apoio né! Porque não fazer um pra quem realmente necessita, ter um local que o oriente, que faça acontecer os seus direitos, então com certeza, apoio realmente a criação (SANTOS, 2012, Pg 132, grifo nosso).

Esses fatores são importantes para entendermos o que pensam os funcionários da Instituição a respeito da inclusão e o que eles podem fazer para minimizar as questões atitudinais buscando a melhor solução aos problemas enfrentados

pelos alunos com deficiência, mas de fato muito ainda está por acontecer, pois tivemos funcionários que negaram dar a sua contribuição para essa pesquisa, pelo simples fato de entender que se tratava de uma pesquisa que envolvia pessoas com deficiência.

Outro ponto a se considerar nessas análises é o fato de que 71,44% deles afirmam que se sentem felizes com a ajuda dos seus pares, esta maioria expressa que o convívio com a diferença modifica a cultura dos demais discentes.

Não, até eu sinto assim, um pouco orgulhoso por eles, porque eles me ajudam pra caramba [...] (SANTOS, 2012, Pg 133, grifo nosso).

Já 21,42%, não solicitam a ajuda de ninguém e preferem que aconteça desta forma, percebemos com isso que a pessoa com deficiência na sua maioria prefere não incomodar os outros demonstrando total independência e quando aceitam auxílio de outra pessoa é mais pela educação do que pela necessidade.

A verdade, é que eu normalmente não preciso e eu sou meio, nem sei se isso é machismo, mas assim, eu sou do tipo que eu não sou muito de pedir auxílio, ou de aceitar auxílio, claro que quando me oferecem normalmente eu aceito, muito mais pra ser gentil, do que por necessidade [...] (SANTOS, 2012, Pg 133, grifo nosso).

E 7,14% afirmam que a ajuda dos demais alunos é indiferente, talvez por ele preferir mostrar que não prefere a ajuda de ninguém, ou porque eles escondem que são deficientes, ou ainda por que ninguém percebe a deficiência deles.

Eles entendem e me tratam indiferente (SANTOS, 2012, Pg 133, grifo nosso).

E por fim, 64,2%, afirmam que poderiam levar sem maiores problemas a sua graduação, e que até pensam que os outros podem ter alguma deficiência em relação à graduação na Universidade, maior do que a deficiência física.

Não, né, porque eu acho que depende mais da vontade da pessoa, de querer e ir lá e fazer, tem a dificuldade né, mas a pessoa que não tem deficiência tem outros... que as vezes pode ser até pior do que uma deficiência física né! Que a gente tenha (SANTOS, 2012, Pg 134, grifo nosso).

Já 35,8% entendem que a deficiência física lhe causa vários empecilhos, que prejudicam o seu desenvolvimento acadêmico.

A partir dessas análises, verificamos que o convívio com a pessoa com deficiência, transforma o indivíduo, uns se assustam com o fato e preferem não se envolver, mas a maior parte das pessoas deixa se levar pela solidariedade e fazem a diferença para que se estabeleça a inclusão social, como fator essencial para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Mas ainda existem muitos entraves e a Universidade, como Instituição que trabalha na formação de cada indivíduo que compõe a sociedade em seu entorno, deve enfrentar o desafio de se modificar para garantir toda transformação na cultura educacional inclusiva.

COSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebemos a necessidade de reorientar nossas prioridades de ensino e nos concentrar na reestruturação de nosso sistema educacional. Precisamos rever as metodologias utilizadas em sala de aula para que os alunos, deficientes ou não, não sejam discriminados. É imprescindível, portanto, encontrar maneiras de incluir todas as pessoas, independente de cor, credo ou religião.

A aprendizagem também deve ocorrer para as pessoas com deficiência. Muitas vezes, esses alunos, consideradas fora do padrão estabelecido pela sociedade, estão em escolas que carecem de recursos e reformas. Além disso, os professores, desqualificados e mal remunerados, não promovem a inclusão de fato. Por isso, reafirmamos a importância da transformação da escola, no que se refere à inclusão, a fim de tornar os alunos com deficiência capazes de atuar com o mesmo nível de competência dos demais estudantes.

Ao concluir, a educação básica, como o descrito acima, dificilmente uma pessoa com deficiência irá conseguir ingressar, através do vestibular, em uma universidade pública. Assim, as ações afirmativas, irão oportunizar a esses alunos o acesso ao nível superior.

No entanto, a questão das cotas não é tão simples. Diante das obrigações acadêmicas exigidas pelos cursos de graduação, o estudante, oriundo de uma educação básica excludente e deficiente, vai precisar de muito apoio, principalmente no caso da pessoa com deficiência.

E, na Universidade os alunos com deficiência em seus cursos de graduação, começam a entender que a realidade é outra, vivenciarão experiências como a citada pelo aluno 11 desta pesquisa, onde o professor legal é aquele que continua lhes ajudando, como acontecia na educação básica e o professor que não é legal, é aquele que trabalha com base na realidade. Mas o que precisa ser feito de fato

A pessoa com deficiência precisa de uma sociedade mais justa, que entenda as suas dificuldades, mas invista e acredite nas suas potencialidades, preparando-o para um mundo real, conforme a pesquisa de Miranda e Rocha (2009), para ocorrer de fato a consecução do processo de inclusão na escola básica ou na Universidade, os decretos ou até mesmo as leis, não serão suficientes, a modificação precisa ser mais profunda, encarando a realidade, para propor medidas práticas com a finalidade de se vencer todas as barreiras que impedem o acesso e a permanência das pessoas com deficiência nos ambientes de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

_____. **NBR 13994** elevadores de passageiros, elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

FERNANDES, F. **A Questão da USP**. Brasiliense: São Paulo, 1984.

GOFFMAN, E. **Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988.

GONZALES, J. A. T. **Educação e diversidade**: Bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Editora Artmed, 2002.

GRESSLER, L. A. **Pesquisa Educacional**. São Paulo: Editora Loyola, 1979.

MAGALHÃES, A. M. **A Identidade do Ensino Superior**: Política, Conhecimento e Educação numa época de transição. Universidade de Twente. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

MIRANDA, T. G.; ROCHA, T. B. A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência. In: MIRANDA, T. G. (Org.) **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: Editora da UFBA, 2009.

MOREIRA, D. A. **O Método Fenomenológico na Pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.

REZENDE, A. M. **Concepção fenomenológica da Educação**. São Paulo: Ed. Cortez, 1990.

SANTOS, ACN. **Acessibilidade da pessoa com deficiência física: O caso da Universidade Federal de Sergipe – Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2012.

SASSAKI, R. K.. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, V. (Coord.). **Mídia e deficiência**. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil, 2003. p. 160-165.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamentos e Métodos**. Porto alegre: Bookman, 2010.

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2012), graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989) e membro do grupo de estudo em Educação pela UFS (Inclusão escolar da pessoa com deficiência), seguindo as linhas de pesquisa de formação de professores, educação inclusiva, acessibilidade educacional e história da educação especial.

Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2007). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2000). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Sergipe, no curso de Pedagogia e nos Núcleos de Pós-Graduação em Educação e de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: inclusão, história da educação especial, surdez, educação, brincadeiras infantis, educação e arte, deficiência e aprendizagem da língua.